
A persistência do conflito industrial organizado: greves em Portugal entre 1960 e 2008

*Raquel Varela**

Resumo: Neste artigo, inserido num projecto mundial de estudo das greves, procurámos fazer um levantamento, até aqui inexistente, das greves em Portugal entre 1960 e 2007, historicizá-las, analisá-las e compreendê-las, buscando contribuir para explicar historicamente, por um lado, a permanência da greve como forma de luta ao longo destes últimos 40 anos, e por outro, tentar explicar os picos grevistas, a partir de uma análise que conjuga simultaneamente factores políticos e crises económicas, no quadro daquilo que se considera ser uma mudança estrutural nas formas de organização e de luta das classes trabalhadoras portuguesas, bem como na cultura operária, a partir da industrialização da década de 60 do século XX. Salientámos as diferenças que existem nas greves sobre distintos regimes políticos (Estado Novo, Período Revolucionário, Regime Democrático).

Palavras-chave: Greves; Portugal contemporâneo; Conflitos sociais.

Abstract: In this article, associated with a world project for the study of strikes, we intended to study the strikes in Portugal between 1960 and 2007, historicize them, analyze them and understand them, looking to explain, historically, in the one hand the permanence of the strike as form of struggle of the working-class in the last 40 years, and secondly, trying to explain the striking peaks, from an analysis point of view that combines both political factors and economic reasons, in the context of what seems to be a structural change in the forms of organization and struggle of the working classes in Portugal, as well as in working class culture from the industrialization of the 60s onwards. We stressed the differences in the strikes on different political regimes (Dictatorship, Revolution, and Democratic Regime).

Keywords: Strikes; Contemporaneous Portugal; Social conflicts.

INTRODUÇÃO

Entre a década de 60 do século XX e a primeira década do século XXI, e ao arripio da generalidade das opiniões veiculadas, muitas vezes fora do contexto académico, verifica-se que Portugal viveu um dos períodos com mais greves da sua história. Depois de um longo interregno, que durou sensivelmente entre a Segunda Guerra Mundial e o início da década de 70 do século XX, a greve chegou a Portugal para ficar, como expressão do conflito industrial organizado. Assistiram-se porém, ao longo destas quatro décadas, a muitas mudanças de padrões, quantitativas e qualitativas, nas greves analisadas. Neste estudo, que

* IHC/UNL (Instituto de História Contemporânea/Universidade Nova de Lisboa). Email: raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk.

se insere num amplo projecto mundial de estudo das greves¹, procurámos fazer em primeiro lugar um levantamento – até aqui inexistente – das greves em Portugal entre 1960 e 2008, historicizá-las, analisá-las e compreendê-las, buscando contribuir para explicar historicamente por um lado a permanência da greve como forma de luta, por outro os picos grevistas, verificados em pelo menos seis momentos comprovados. Procurámos avançar hipóteses explicativas não só da permanência das greves de forma continuada, ao longo destes últimos 40 anos, mas os seus picos, a partir de uma análise que conjuga simultaneamente factores políticos e crises económicas, no quadro daquilo que se considera ser uma mudança estrutural nas formas de organização e de luta das classes trabalhadoras portuguesas, bem como na cultura operária, a partir da industrialização da década de 60 do século XX. Saliéntamos as diferenças que existem nas greves sobre distintos regimes políticos (Estado Novo, Período Revolucionário, Regime Democrático).

A partir de 1968 – quando ainda vigorava no país uma ditadura que proibia a greve – nunca mais haverá um ano sem greves em Portugal. Depois do fim da revolução de 1974-75, período em que Portugal viveu o maior surto grevista da sua história, os dados apontam para mais de 200 greves por ano só no sector privado, havendo anos, como na década de 80 do século XX, em que se registam mais de 500 greves.

Em Portugal, o Ministério do Trabalho só começou a recolher dados, oficialmente, a partir de 1986, e estes dizem respeito unicamente ao sector privado. A Organização Mundial do Trabalho (OIT) tem dados para Portugal a partir de 1977 e, para surpresa dos investigadores, indica como sua fonte o Ministério do Trabalho português. A inadequação dos dados e a contradição entre as várias fontes de que dispomos não nos permitem confiar nos dados apresentados, acompanhando neste campo um padrão geral a nível global, ainda que com diferenças entre si, de sub-registo das greves.²

As estatísticas oficiais não incluem o sector público que em Portugal tinha, em 2007, 708.577 trabalhadores³ e tem sido um dos sectores com mais greves, neste caso acompanhando também uma tendência nos países centrais de aumento das greves nestes sectores. Estes dados não registam todas as greves e são francamente insuficientes quando registam o número de trabalhadores envolvidos: por exemplo, há greves em Portugal em que os sindicatos declaram 80 a 90% de adesão e o Governo regista 10%, 30%.⁴ Para colmatar estes dados fizemos uma recolha de trabalhos já publicados, artigos académicos e registos de imprensa, bem como de dados fornecidos pelos próprios sindicatos, o que nos permite uma dinâmica da evolução das greves no período que assinalámos.

¹ Ver o projecto em curso, VELDEN, Sjaak van der (cood). Labour Conflicts, IISH, In: <https://collab.iisg.nl/web/labourconflicts/datafiles;jsessionid=BD96F8ECE60FA34D0470AA7C2553A5D0>.

² VELDEN, Sjaak van der et al. (eds.). *Strikes around the World, 1968-2005*. Amsterdam: Aksant, 2007, p. 298-299.

³ “Número de Funcionários Públicos Diminui quase 40 mil em Dois anos”. In: *Público*, 20 de Fevereiro de 2008.

⁴ “Guerra de Números sobre a Greve”. In: *Diário Económico*, 31 de Maio de 2007.

INDUSTRIALIZAÇÃO E GREVES DURANTE A DITADURA DO ESTADO NOVO (1960-1974)

Em 1926, um golpe de Estado dá início em Portugal àquela que viria a ser a mais longa ditadura da Europa Ocidental, a ditadura do Estado Novo, dirigida, a partir de 1932, por António de Oliveira Salazar, e no seu período final, entre 1968 e 1974, por Marcelo Caetano. Inserida no longo movimento de contrarrevolução que abalou a Europa na década de 30 do século XX, a ditadura proíbe de imediato a greve e o *lock out*. Um dos princípios basilares deste novo regime vai ser a tentativa de eliminar a conflitualidade social, oferecendo uma visão da nação enquanto um *corpus* uno e harmonioso, organizado segundo os princípios do corporativismo, como previa o Estatuto do Trabalho Nacional, inspirado na *Carta del Lavoro* de Mussolini.⁵ O Decreto-lei n.º 23.203, de 6 de Novembro de 1933, equipara a greve política e revolucionária à rebelião e coloca os grevistas sob a alçada de Tribunais Militares Especiais.

Em resposta à lei que proíbe a greve e o *lock out* e determina o fim do sindicalismo livre – processo que em Portugal ficou conhecido por *fascização dos sindicatos*, que passam a ser controlados pelo Governo –, no dia 18 de Janeiro de 1934 inicia-se uma tentativa de greve geral revolucionária, dirigida por anarquistas e comunistas, com expressão em Lisboa, Setúbal e Barreiro⁶, que chegará a controlar uma pequena cidade onde a indústria vidreira tem grande importância, no centro do País, a Marinha Grande. O fracasso da greve implicará uma derrota séria do movimento operário português: 57 dos 150 presos na sequência da greve irão “inaugurar” o Campo de Concentração do Tarrafal, aberto em 1936 nas ilhas de Cabo Verde.⁷ O Governo endurece as penas: as greves são distinguidas entre greve simples, política, revolucionária e de solidariedade, e sujeitas a penas que vão desde um ano de prisão até 10 anos de desterro nas colónias. Esta é a legislação que vigora em Portugal até à queda da ditadura em 1974.

Neste quadro legal, o recurso à greve é usado com parcimónia pelos trabalhadores, que usam como métodos de luta sobretudo os abaixo-assinados e moções.⁸ Os poucos estudos que existem dão, no entanto, conta de algumas greves concentradas sobretudo em dois grandes períodos: durante a II Guerra Mundial e a seguir ao movimento de Maio de 1968.

Não há nenhum registo de greves para o período dos anos 60. Os primeiros dados, bastante parciais, surgem a partir de 1968⁹, e não se consegue saber, em quase todos os casos registados, o número de operários envolvidos nos processos de luta. Há registos dispersos de algumas greves a partir dos anos 60: nos mineiros de Aljustrel em 1960 (no Sul de Portugal); nos assalariados rurais do Alentejo (Sul de Portugal) em 1962; tipógrafos da

⁵ SCHMITTER, Philip. *Portugal: Do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: ICS, 1999.

⁶ Setúbal e Barreiro encontram-se a sul de Lisboa.

⁷ ARRANJA, Álvaro. *Greves Gerais de 1911 a 2008*. In: *Esquerda.net*, 21 de Maio de 2007. Acessado em 12 de abril de 2011. http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=2879&Itemid=68, p. 3.

⁸ PATRIARCA, Fátima. “Greves”. In: BARRETO, António (coord). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1999, Vol VIII.

⁹ *Ibidem*, p. 138.

cidade do Porto e pescadores de Olhão, no Algarve, em 1964; marmoristas em 1965 e estivadores de Lisboa em 1966. De acordo com Dulce Freire¹⁰, as greves dos assalariados agrícolas e outros processos de luta que ocorreram nesta década – como manifestações e resistência nas praças de jorna – ocorreram sobretudo pela exigência de um contrato colectivo de trabalho que consignasse as condições de trabalho, emprego efectivo e principalmente as 8 horas de trabalho. Apesar de em maio de 1962 os trabalhadores rurais terem conquistado as 8 horas, os movimentos grevistas dos anos 60 foram reprimidos com espancamentos e prisões. O Partido Comunista Português reivindica a direcção destas greves.

A GREVE “VEIO PARA FICAR”

Será a partir de 1968, ainda a 6 anos da queda da ditadura, que a greve chega a Portugal para ficar. A partir de 1968, há um registo crescente de greves que durante a revolução de 1974-75 será explosivo. Não podemos compreender esta mudança sem olhar para a profunda transformação da sociedade portuguesa nos anos 60 do século XX, à semelhança aliás do que se passa com a vizinha Espanha¹¹, por um lado, e por outro para o impacto da situação revolucionária aberta na Europa com o Maio de 68 em França e o Outono Quente em Itália.¹² A essência desta mudança tem sido atribuída à iniciativa individual dos governos ibéricos e das suas alas tecnocráticas ou modernizadoras dos respectivos regimes. O processo parece porém ser mais complexo e ter raízes sociais mais profundas, como salientam vários sociólogos e historiadores.¹³

A transformação que a Península Ibérica sofre na década de 60 prende-se em primeiro lugar ao processo, intrínseco à história do capitalismo, da busca de novos espaços de acumulação de capital, que leva a uma transferência maciça de camponeses para as cidades, a nível mundial. Nos países semiperiféricos esse processo dá um salto qualitativo a seguir à II Guerra Mundial – em países como o Brasil – e, na década de 60, em Portugal, Espanha, Grécia. É, portanto, num quadro de expansão do modo de produção capitalista¹⁴ que se devem compreender as transformações económicas que levaram à mudança do panorama social e político de Portugal nesta data. Com a intensificação da industrialização, as cidades crescem e as taxas de urbanização e desruralização aumentam.¹⁵

Desse processo fez também parte a emigração maciça de camponeses de Portugal –

¹⁰ FREIRE, Dulce. “Greves Operárias”. In: ROSAS, Fernando (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, Vol I, p. 406.

¹¹ GÓMEZ, Hipólito de la Torre (ed.). *Portugal Y España Contemporáneos. Ayer*. Madrid: Marcial Pons, 2000.

¹² BIRKE, Peter (org). *Alte Linke – neue Linke. Die "globale Revolution" der 1968er Jahre in der Bundesrepublik und imtransnational en Vergleich*. Berlin: Dietz-Verlag, 2009.

¹³ SANTOS, Maria de Lurdes. *et al. O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, vol. I, p. 8; GÓMEZ, Hipólito de la Torre (ed.). *Portugal Y España Contemporáneos. Ayer*, Madrid: Marcial Pons 2000; BARRETO, António. *Mudança Social em Portugal: 1960-2000*. In: PINTO, Costa. *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: D. Quixote, 2005.

¹⁴ SANTOS, Maria de Lurdes. *et al. O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, vol. I, p. 8.

¹⁵ BARRETO, António. *Mudança Social em Portugal: 1960-2000*. In: PINTO, Costa. *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: D. Quixote, 2005.

um milhão e meio entre 1950 e 1970 – para os países centrais. O País muda. A classe operária cresce. As cidades aumentam, desordenadamente e com muitos bairros de lata¹⁶ – que vão existir em Portugal até ao fim dos anos 80, início dos anos 90 –, onde se albergam os que partiram dos campos. A população activa rural passa em Portugal de 44% em 1960 para 28% em 1973, ao mesmo tempo que a população activa industrial passa de 29% para 36%.¹⁷ Em 1970, 3/4 da população activa são assalariados. Mais de 2/3 dos trabalhadores da indústria (67,4%) concentravam-se em unidades fabris com mais de 20 pessoas. Santos *et al.*¹⁸ referem um considerável alargamento da classe operária, entre 1950 e 1970, de 768.000 para 1.020.000, isto num quadro de verdadeira sangria de mão de obra com destino a países mais ricos da Europa Ocidental. É também na década de 60 que as mulheres “acedem, maciçamente, ao trabalho industrial, agrícola e dos serviços”.¹⁹ Há novas organizações do trabalho e há mais trabalho.²⁰

Finalmente, o outro factor político relevante em Portugal nesta época é o início das revoluções anticoloniais, na Guiné, Angola e Moçambique, que dará lugar a uma guerra, indesejada pela maioria da população, que se prolongará durante 13 anos até 25 de Abril de 1974, e que será um foco permanente de instabilidade para a burguesia portuguesa, abrindo o campo de oportunidades dos trabalhadores, por fragilizar a direcção política do país.

GREVES E O IMPACTO DO MAIO DE 68

Apesar de também para o período posterior a 1968 as estatísticas estarem longe de ser exaustivas, há alguns dados.²¹ Eles são parciais e de modo nenhum significam uma estatística completa das greves que ocorreram em Portugal neste período. É porém unânime entre os historiadores²² que, se até esta data as greves são dispersas, havendo mesmo anos em que não se regista nenhuma greve, a partir de 1968 as greves começam a ter uma importância crescente. Entre 1968 e 1974, registam-se greves nos sectores industriais, embora nunca chegue a haver movimentos de greve geral nem de greve sectorial estendida a todo o território. As greves são restritas à empresa ou à fábrica e são bastante desiguais

¹⁶ Favelas.

¹⁷ CLEMENTE, Eloy Fernández. “Problemas y Ritmos de la Modernización Económica Peninsular en el Siglo XX”. In: GÓMEZ, Hipólito de la Torre (ed.). *Portugal Y España Contemporáneos*. Ayer, Madrid: Marcial Pons 2000.

¹⁸ SANTOS, Maria de Lurdes. *et al.* *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976.

¹⁹ BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas. *Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais*. Mirandela: Público, 1996, p. 17.

²⁰ Para se ter uma ideia, a média de trabalho de um assalariado rural no Sul de Portugal (zona de latifúndio, equiparado à Andaluzia espanhola) era, em 1960, de cerca de 140 a 160 dias por ano. BARRETO, António. *Mudança Social em Portugal: 1960-2000*. In: PINTO, Costa. *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: D. Quixote, 2005, p. 138.

²¹ Anuário Estatístico de Portugal, Instituto Nacional de Estatística; Direcção Geral da Administração Pública. Greves Gerais da Administração Pública 2007-2008; DGEEP, Direcção Geral de Estudos Estatísticas e Planeamento, Greves, 1986-2007, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; CGTP, Greves Sectoriais, 1989-2008.

²² PATRIARCA, Fátima. “Greves”. In: BARRETO, António (coord.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1999, Vol VIII; SANTOS, Maria de Lurdes. *et al.* *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976.

entre si quer pela dimensão das empresas afectadas, quer pelo número de trabalhadores envolvidos e pelo tempo que duram. Fátima Patriarca²³ identificou 15 greves em 1968 e 100 em 1969. Mais do que o número de greves, *lock outs* e o número de trabalhadores envolvidos, o que estes estudos nos revelam são os sectores de actividade onde havia greves: metalurgia, manufactura e transportes, havendo aqui uma relação estreita entre greves e os sectores mais dinâmicos da produção industrial. Segundo Clemente, a participação da indústria no PIB passa de 37% em 1960 para 51% em 1973, especialmente no sector manufactureiro (que triplica o seu valor acrescentado, sobretudo no sector mais dinâmico que é o da metalurgia) e na construção.²⁴

Durante esse período, as greves que mais tempo duram e maior adesão têm são as dos pescadores e dos conserveiros. Em Abril de 1968, 5.000 pescadores de Matosinhos (porto marítimo que serve a cidade do Porto, no Norte de Portugal) entram em greve – esta prolonga-se por 22 dias e acaba por estender-se a outras cidades costeiras do Norte do País. Há uma greve das indústrias conserveiras em Maio de 1968 que dura nove dias e ocorre simultaneamente em Olhão, no Algarve, e em Setúbal, a terceira cidade industrial do País. Entre 5 e 9 de Julho de 1968, 7.500 trabalhadores da Carris, transportes urbanos de Lisboa, entram em greve, recusando-se a cobrar os bilhetes, naquela que ficará conhecida como a *greve da mala*.

Mas será em 1969 que se verifica um franco aumento do número de greves, como já referimos. Nestas greves, os trabalhadores conseguem fazer o Governo recuar em algumas medidas antioperárias – são aprovados em 1969 os decretos-lei n.ºs 49.058 e 49.212, onde se prevê que só os tribunais podem suspender ou substituir os dirigentes sindicais e estabelecem-se prazos de negociação dos contratos colectivos de trabalho – que vão permitir um renascimento do sindicalismo de classe com o fim da obrigatoriedade de submeter as direcções sindicais eleitas à homologação governamental. Apesar de o Governo ter, em 1970, recuperado a iniciativa e reposto o controle governamental sobre as direcções sindicais, as greves do biénio anterior foram essenciais para essa abertura que permitiu que alguns sindicatos fossem ganhos por direcções afectas ao Partido Comunista, à extrema-esquerda e a sectores dos chamados católicos progressistas, que impulsionaram ou apoiaram estas greves. Foi em 1970 que se formou o embrião da Intersindical, criada a partir de uma comissão que juntava 11 sindicatos cuja direcção o PCP e seus aliados ganharam aos sindicatos nacionais (fascistas). Esta estrutura mantém-se marginal, mas com a revolução terá um crescimento exponencial.

De acordo com Dulce Freire²⁵, em 1971-72 há um abrandamento das greves. Mas a partir de 1973 e até à queda do regime em Abril de 1974 há um aumento do número de

²³ PATRIARCA, Fátima. “Greves”. In: BARRETO, António (coord.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1999, Vol VIII.

²⁴ CLEMENTE, Eloy Fernández. “Problemas y Ritmos de la Modernización Económica Peninsular en el Siglo XX”. In: GÓMEZ, Hipólito de la Torre (ed.). *Portugal Y España Contemporáneos, Ayer*, Madrid: Marcial Pons 2000, pp. 203-204.

²⁵ FREIRE, Dulce. “Greves Operárias”. In: ROSAS, Fernando (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, Vol. I, p. 406.

greves.²⁶ Nesse período²⁷, houve greves em 29 empresas, que envolveram quase 20.000 trabalhadores. As empresas onde houve mais greves são as do sector manufactureiro (com destaque para o fabrico de material eléctrico, que teve nove das 35 greves registadas), da construção, metalurgia e empresas de transportes. Das 35 greves registadas neste estudo, 17 são greves parciais que não chegam a durar um dia: vão desde greves de 20 minutos a greves de cinco horas, o que se justifica porque a greve era ilegal e havia medo de represálias. A polícia segue cuidadosamente os passos dos dirigentes dos trabalhadores e em muitos casos manda prender ou dispersar as reuniões de trabalhadores.²⁸

As greves dos anos 70 são também marcadas pela expansão dos sectores onde se dão os conflitos. Um exemplo é a greve dos médicos de Lisboa e Porto em 1970 e em 1971, à qual o Governo responde com a militarização dos trabalhadores; a greve dos empregados bancários em 1973 e greves operárias na TAP (Transportes Aéreos Portugueses) e na CP (Caminhos de Ferro), a que os administrativos aderem. Esta adesão tem um importante significado porque as greves deixam de ser exclusivamente operárias: havia médicos e administrativos a fazer greve num país de ditadura onde a greve era proibida, o que era um sinal óbvio da erosão da base de apoio do regime, por um lado, e por outro uma diminuição das divisões no seio das classes trabalhadoras, uma vez que se estreitava o caminho da “fábrica ao escritório”.

A principal reivindicação das greves no início da década de 70 do século XX é o aumento salarial. Entre as outras reivindicações contam-se a exigência do 13.º mês, redução do horário semanal para 40 horas, direito a férias com subsídio a 100% e proibição dos despedimentos sem justa causa. No final de 1974, pela primeira vez, surge a reivindicação de um salário mínimo de 6.000 a 7.000 escudos. É curioso notar que a instância de resolução dos conflitos é, na maioria dos casos, a informal comissão de trabalhadores. De facto, nota Santos *et al.*²⁹, os sindicatos muitas vezes aparecem apenas para apaziguar os trabalhadores, aceitando mesmo negociações que ficam aquém das expectativas dos trabalhadores em luta.

A acção sindical é ambígua e deve ser compreendida no contexto histórico que a gerou. Os sindicatos independentes eram proibidos desde 1933. A reacção da classe operária foi, depois de 1934, muito derrotista, e a vanguarda que continuou organizada era ou anarquista ou comunista, mas em todo o caso marginal. A partir da II Guerra Mundial, o PCP defende como táctica a entrada dos comunistas nos sindicatos fascistas com o objectivo de ganhar as suas direcções. Porém, esta táctica só terá resultados palpáveis com as lutas

²⁶ PATRIARCA, Fátima. “Greves”. In: BARRETO, António (cord.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1999, Vol VIII.

²⁷ SANTOS, Maria de Lurdes. *et al. O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, pp. 72-77.

²⁸ Por exemplo, numa carta escrita pela DGS, posto de Leiria (centro de Portugal), o chefe do posto escreve ao director-geral da polícia política a dizer-lhe que “tenho a honra de informar Vossa Excelência que a polícia (...) impediu a realização de uma reunião inter-sindical do Sindicato de Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Leiria, do qual é presidente o comunista João de Almeida Fernandes”. In: Tentativa de reunião Inter-sindical. Direcção Geral de Segurança. In: *Trabalho, Sindicatos e Greve no Regime Fascista*. Mem Martins: Presidência do Conselho de Ministros, 1984, Doc. n.º 15, p. 272.

²⁹ SANTOS, Maria de Lurdes. *et al. O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, pp. 28-29.

concretas que surgem em 1968, e o número de sindicatos desafectos ao regime, mesmo com as vitórias desses anos, era em 1970 ultraminoritário no panorama do País.

A resolução das greves vai passar pela negociação entre o Governo em apoio das empresas – através dos Serviços de Acção Social e da Inspeção-Geral do Trabalho – e as comissões de trabalhadores. Quanto ao resultado das greves, a maior parte acaba por originar um compromisso em que se dão aumentos salariais, mas abaixo do reivindicado pelos trabalhadores.³⁰

GREVES E SOCIALISMO NA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS (1974-75): O MAIOR SURTO GREVISTA DO PORTUGAL DO SÉCULO XX

No dia 25 de Abril de 1974, um golpe levado a cabo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) põe fim à ditadura portuguesa. De imediato, e contra o apelo dos militares que dirigiram o golpe, começa um processo revolucionário, com a população a encher as ruas de Lisboa. A crise cíclica de 1973 e o desgaste provocado pela resistência anticolonial abriram uma crise na classe dominante que se combinou, no espaço de 19 meses, com uma revolução social. As tarefas “reformistas”, no sentido clássico do termo (nacionalizações, reforma agrária, melhoria dos salários, segurança social, direito à previdência, saúde e educação públicas e gratuitas), ganharam uma dimensão revolucionária porque foram conquistadas contra a burguesia, com métodos próprios do movimento operário (greves, ocupações de terras e fábricas) e, em muitos casos, através de organismos autónomos de trabalhadores, de assalariados agrícolas e, em certo momento, de soldados, comissões de trabalhadores, moradores e soldados. No dia 1.º de Maio de 1974, uma semana depois do golpe, 2 milhões de pessoas, num total de 10 milhões de habitantes do País, saíram à rua para celebrar o dia do trabalhador.³¹ Durante os 19 meses de período revolucionário em Portugal há seis governos – governos de coligação frentistas que incluem os comunistas, os social-democratas e os liberais – e três golpes de Estado. Por várias ocasiões os governos mandam a tropa reprimir manifestações, e esta fica junto dos manifestantes de punho erguido.³²

No biénio 1974-1975, Portugal viveu o maior surto grevista do país no século XX. Os contornos destas paralisações são um dos dados que nos permitem colocar hipóteses que nos ajudem a compreender a relação entre factores objectivos e subjectivos no processo revolucionário português, considerando que os dados empíricos sobre a forma mais radical de conflito capital-trabalho, a paralisação da produção³³, permitir-nos-ão uma melhor percepção, ainda que incompleta, sobre a disponibilidade de sectores da classe trabalhadora

³⁰ SANTOS, Maria de Lurdes. *et al. O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, p. 30.

³¹ FERREIRA, António Medeiros. *Portugal em Transe (1974-1985)*. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 35.

³² VARELA, Raquel. *História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand: 2011.

³³ LINDEN, Marcel van der. *Workers of the World: Essays toward a Global Labor History*. Leiden/Boston: Brill, 2008.

portuguesa para lutar por um projecto político de ruptura com o capitalismo.

Se *objectivamente* uma greve coloca sempre em causa a propriedade privada dos meios de produção – por ser uma acção colectiva organizada através da qual se expressa a contradição capital-trabalho –, do ponto de vista subjectivo raramente a greve significou, em Portugal, depois do período do Estado Novo, um conflito contra o capitalismo. As reivindicações foram quase sempre maioritariamente económicas.³⁴ Porém, durante a Revolução dos Cravos, entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975, esta situação alterou-se e uma parte significativa das greves foram conflitos que *subjectivamente* puseram em causa os centros de poder das empresas, a gestão e a propriedade das fábricas e empresas, e que muitas vezes se expressaram pela ocupação destas e até, nalguns casos, por sequestros de patrões e administradores.

Não dispomos de nenhum estudo sistemático que abarque um estudo das greves durante todo o período da revolução portuguesa, e os dados quantitativos são, como é comum neste tipo de pesquisa³⁵, extremamente deficitários. Verifica-se um sub-registo das greves. Há dados oficiais e das centrais sindicais³⁶, estudos parciais, que dizem respeito às primeiras cinco semanas da revolução³⁷, e um estudo amplo dos conflitos colectivos que não distingue greves de outro tipo de conflitos sociais, realizado por Duran Muñoz³⁸, que registou 958 conflitos de empresa e fábrica. Com excepção de Julho e Agosto de 1974, todos os meses registam mais de 100 conflitos por mês. Muitos destes conflitos, é plausível que a maioria, foram greves, greves parciais ou outro tipo de conflitos laborais acompanhados também de paralisações da produção.

Avançamos como hipótese de investigação uma periodização de cinco fases ou surtos grevistas durante o biénio 1974-1975, critério que resulta de uma combinação da recolha dos dados quantitativos disponíveis nas obras citadas com uma análise qualitativa, que privilegia o impacto político destas greves, estudado a partir de uma investigação sobre a história do Partido Comunista Português, o maior partido de base operária e camponesa em Portugal, entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975.³⁹

Assim, verificamos um primeiro período de greves, que é aquele sobre o qual temos mais estudos, que corresponde *grosso modo* ao mês de Maio de 1974 e que resulta da explosão social provocada pela queda da ditadura e pela crise no Exército – o ódio à ditadura e a exigência de democratização do país iniciam um período de grande mobilização social, da

³⁴ PATRIARCA, Fátima. “Greves”. In: BARRETO, António (coord.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, Vol. VIII, 1999; Freire, Dulce. “Greves Operárias”. In: ROSAS, Fernando (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, Vol. I, 1996.

³⁵ VELDEN, Sjaak van der et al. (eds.). *Strikes around the World, 1968-2005*. Amsterdam: Aksant, 2007, pp. 298-299.

³⁶ Anuário Estatístico de Portugal, Instituto Nacional de Estatística, vários anos; CGTP, Greves Sectoriais, 1989-2008; DGEEP, Direcção Geral de Estudos Estatísticas e Planeamento, Greves, 1986-2007, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; Direcção Geral da Administração Pública. Greves Gerais da Administração Pública 2007-2008.

³⁷ SANTOS, Maria de Lurdes et al. *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976.

³⁸ MUÑOZ, Duran. *Contención y Transgresión. Las Movilizations Sociales y el Estado en las Transiciones Española y Portuguesa*. Madrid: CPPC, 2000.

³⁹ VARELA, Raquel. *História do PCP na Revolução dos Cravos (1974-1975)*. Lisboa: Bertrand, 2011.

qual já fazem parte reivindicações de carácter económico, como a exigência do aumento do salário mínimo.⁴⁰

No quadro 1 elaborámos uma tabela baseada em Santos *et al.*⁴¹ com as greves que ocorreram entre 25 de Abril de 1974 e 1.º de Junho do mesmo ano. Em cinco semanas há 97 greves e 15 ameaças de greve, mais do que ocorreu em cada um dos anos precedentes. A maioria das greves registam-se na indústria, 58, e em 35 destas greves verifica-se a ocupação da fábrica ou empresa. Em quatro regista-se o sequestro de pessoas e bens.

Quadro 1: Greves entre 25 de Abril e 1.º de Junho de 1974 em Portugal

| | Formas de Luta | | | |
|---|-----------------|--------|-----------------------------|-----------------------------|
| | Ameaça de greve | Greves | Ocupação de Fábrica/empresa | Sequestro de pessoas e bens |
| Indústria | 8 | 42 | 26 | 4 |
| Gás, Electricidade, Água, Transportes, Comércio e Comunicações | 6 | 15 | 8 | |
| Banca, Seguros, Serviços | 1 | 1 | 1 | |
| Total | 15 | 58 | 35 | 4 |

Fonte: SANTOS, Maria de Lurdes *et al.* *25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 3 volumes, 1976.

As greves que se registam neste estudo são maioritariamente “selvagens”, decididas em assembleias democráticas de trabalhadores e dirigidas, na maior parte dos casos, pelas comissões (conselhos) de trabalhadores. Marcel van der Linden lembra-nos no seu estudo de história global do trabalho que um sindicato não pode viver sem fazer uso da greve ou da ameaça desta, mas as greves podem desenvolver-se na ausência ou abstenção dos sindicatos⁴², facto que se verificou em Portugal durante este período, pois rapidamente no vazio organizativo surgem, de forma espontânea, as comissões de trabalhadores que se reúnem em plenário. As greves neste período são convocadas à margem do Partido Comunista e do Partido Socialista – ambos faziam parte do Governo – e dos sindicatos, que

⁴⁰ FERREIRA, António Medeiros. *Portugal em Transe (1974-1985)*. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

⁴¹ SANTOS, Maria de Lurdes *et al.* *25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 3 volumes, 1976.

⁴² LINDEN, Marcel van der. *Workers of the World: Essays toward a Global Labor History*. Leiden/Boston: Brill, 200, p. 179.

estavam agora a formar-se na maioria dos casos.⁴³ Algumas das greves surgem em sectores onde durante a ditadura tinha havido mobilização – transportes, material electrónico, seguros, pescadores –, mas a greve passa a ser um fenómeno tão corrente e comum na sociedade portuguesa que atinge agora todos os sectores económicos. Geograficamente estas paralisações têm uma amplitude a nível nacional. Algumas destas greves têm uma importância qualitativa porque paralisam a capital macrocéfala do país (como a greve dos transportes urbanos e do pão em fim de Maio de 1974 ou a greve dos CTT, que junta 35 mil trabalhadores – apesar da oposição do sindicato dirigido pelo PCP e que acaba por ser derrotada pela intervenção policial enviada pelo Governo Provisório, de que fazia parte o PCP).

No estudo de Santos *et al.*⁴⁴, a maioria das reivindicações destas greves são aumentos salariais, salário mínimo, participação nos lucros da empresa, 13.º e 14.º mês, e, em 40% dos casos, controle sobre a empresa. Este padrão manter-se-á ao longo das greves de toda a revolução, de acordo com Cristovam.⁴⁵ O controle sobre a empresa no estudo de Santos *et al.* refere-se à participação na gestão, publicidade dos vencimentos e saneamentos. Em quase 50% dos processos de luta estudados por Santos *et al.* há exigência de saneamentos, ou seja, de destituição dos quadros das empresas, gestores e administradores afectos ao regime.

Um novo período de greves surge no final de Agosto de 1974. Os seus contornos não são evidentes. É provável que resultem de uma conjugação de factores políticos e económicos, onde se inclui a vitória que representou a aprovação da lei da independência das colónias, o concomitante enfraquecimento da direcção do Estado, resultado das divergências entre a burguesia a propósito deste objectivo, e por outro lado o aprofundamento da crise económica⁴⁶, à qual dezenas de patrões respondem com despedimentos e encerramento de fábricas e empresas. Este período é representativo pelo impacto político de três greves em particular: as greves da TAP, do Jornal do Comércio (que envolve uma greve de solidariedade de todos os jornais nacionais com excepção de *O Século* e o *Diário de Lisboa*, afectos ao PCP) e dos estaleiros navais da Lisnave (que envolve uma manifestação que uma unidade militar de elite, os fuzileiros, se recusam a reprimir). O

⁴³ VARELA, Raquel. *História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand, 2011.

⁴⁴ SANTOS, Maria de Lurdes *et al.* *25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 3 volumes, 1976.

⁴⁵ CRISTOVAM, Maria Luísa. *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve Análise Sociológica*. Lisboa: Ministério do Trabalho, 1982. Ainda de acordo com este estudo, no período pós-revolucionário os dados apontam um decréscimo das reivindicações que questionam os centros de poder da empresa e destacam um aumento das reivindicações salariais, que passam de 39,8% em 1974 para 61,3% em 1979.

⁴⁶ A crise económica atingiu a classe dominante nacional, provocando divisões no seu seio e praticamente inviabilizando o esforço de guerra que já dominava 40% das despesas do Estado (e 8% do PNB). A crise cíclica de 1973 foi a maior crise de acumulação depois do fim da II Guerra Mundial. Em 1974, a produção nos Estados Unidos, economia reguladora do sistema mundial, tinha caído 10,4% e o desemprego situava-se em 9%. (COGIOLA, Osvaldo; MARTINS, José. *Dinâmicas da Globalização (Mercado Mundial e Ciclos Económicos. 1970-2005)*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo, 2006, p. 61). Em Portugal, a taxa de variação do Produto Interno Bruto passa de 11,2% em 1973 para 1,1% em 1974 e -4,3% em 1975. O número de desempregados passa de 40.000 em Abril de 1974 para 320.000 em Novembro de 1975 (ROSA, Eugénio. *A Economia Portuguesa em Números*. Lisboa: Moraes Editora, 1975.).

Governo vai responder à tensão social com uma onda de repressão, que inclui a militarização dos trabalhadores da TAP⁴⁷; a tentativa frustrada de repressão armada da Lisnave, a repressão através da PSP⁴⁸ e do RAL 1⁴⁹ dos trabalhadores do Jornal do Comércio e, finalmente, a aprovação de uma lei restritiva de direito à greve.

Esta lei, aprovada no dia 27 de Agosto de 1974, previa que: 1) os contratos colectivos não podiam ser renegociados antes do fim do prazo, o que significava, num quadro de inflação de dois dígitos, que os salários eram rapidamente comidos por esta, criando condições para acelerar a extracção da mais-valia; 2) proibía a greve às forças militares e militarizadas, aos bombeiros, às forças policiais e aos magistrados judiciais; 3) proibía a “cessação isolada de trabalho por parte do pessoal colocado em sectores estratégicos da empresa, com o fim de desorganizar o processo produtivo” e proíbe a ocupação dos locais de trabalho durante a greve; 4) no seu artigo 6.º proibía a greve política e de solidariedade; 5) assegurava à entidade patronal o direito de *lock-out*. Era uma lei com alvos óbvios: não permitia as greves de solidariedade e proibía as ocupações.⁵⁰

A lei vai ser, *de facto*, combatida pelos grevistas da TAP e do Jornal do Comércio, e declaradamente posta em causa na manifestação dos operários dos estaleiros navais da Lisnave, que no dia 12 de Setembro de 1974 marcham sobre o Ministério do Trabalho, exigindo a sua revogação. No comunicado que os operários distribuem à população de Lisboa, podia ler-se: “[...] Que não estamos com o Governo, quando promulga leis anti-operárias, restritivas à luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Que lutaremos activamente contra a ‘lei da greve’ porque é um golpe profundo nas liberdades dos trabalhadores. Que repudiamos o direito que os patrões têm de colocar na miséria milhares de trabalhadores porque a lei do *lock-out* é uma lei contra os operários e de protecção aos capitalistas”.⁵¹

⁴⁷ No dia 25 de Julho, os Comités Operários de Base (COB) lançam um comunicado onde afirmam que numa empresa capitalista não há conciliação possível de interesses de classe antagónicos: “Não nos deixaremos intimidar por manobras que tentem levar-nos a desistir da nossa luta, nomeadamente por aqueles que agitam o espantinho do caos económico. O caos económico foi o que sempre existiu e continua a existir. O caos económico é a produção não estar orientada para a satisfação das necessidades da maioria e estar orientada para o lucro máximo de uma minoria. Isso é que é o caos económico e esse caos só acabará quando a nossa luta atingir a vitória final, o capitalismo for derrubado e passemos a estar nós trabalhadores a controlar toda a sociedade no sentido de atingir uma sociedade sem classes, sem exploradores nem explorados.” (“Só Lutando Venceremos – TAP: Lições dos últimos três meses e novas perspectivas para a nossa luta”. COB da TAP, 25 de Julho de 1974. In: SANTOS, Maria de Lurdes et al. *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, 3º volume, p. 125.

⁴⁸ Polícia de Segurança Pública.

⁴⁹ Regimento de Artilharia Lisboa 1.

⁵⁰ Em 1977, entra em vigor uma nova Lei da Greve que revoga a lei aprovada durante a revolução. A grande novidade é que a nova lei proíbe o *lock out*; retira-se da lei a proibição de greves políticas e de solidariedade bem como a proibição de ocupar a empresa ou “desorganizar o processo produtivo” e, entre as empresas que estão obrigadas a serviços mínimos, desaparecem as instituições de crédito e “industriais indispensáveis para a defesa nacional”, mantendo-se os hospitais, correios e telecomunicações, bombeiros, abastecimento de águas, energia. A Lei da Greve de 1977 é muito menos restritiva do que a lei aprovada em Agosto de 1975.

⁵¹ “Dos Operários da Lisnave à População”. Comunicado dos Trabalhadores da Lisnave, 11 de Setembro de 1974. In: SANTOS, Maria de. *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, p. 110-112.

A 27 e 28 de Setembro de 1974, reagindo a uma tentativa de golpe de direita, o país mobiliza-se em barricadas, corte das vias de comunicação. Esta mobilização tem um extraordinário sucesso e provoca a derrota imediata do golpe. Verifica-se nos meses seguintes um recuo nas greves, o qual se poderá explicar, entre outros factores, pela crescente influência do MFA no Governo, a aliança política entre PCP e MFA no controle das reivindicações laborais, executada através do crescente papel do Ministério do Trabalho em coordenação com a Intersindical.

Porém, a situação política radicaliza-se e um novo período de greves registrar-se-á a partir de Fevereiro de 1975, reflectindo um processo de radicalização da revolução em que crescem os conflitos sociais em geral.⁵² Este período é marcado pela multiplicação dos organismos de duplo poder⁵³ (nesta fase, sobretudo comissões de trabalhadores e moradores⁵⁴), pelo desenvolvimento das ocupações de terras no Sul a partir de Fevereiro de 1975, pela exigência de nacionalização da banca, levada a cabo pelos trabalhadores bancários, que se estende às maiores empresas do país, nomeadamente ao maior grupo empresarial, o grupo CUF.⁵⁵ Neste período, há greves em dezenas de fábricas e empresas. Destacam-se greves na TAP, nos químicos, e nos liceus uma greve geral prosseguiu durante quase um mês. Começa o conflito da Rádio Renascença, com sucessivas paralisações e ocupações por parte dos trabalhadores.⁵⁶ De novo, um falhado golpe de direita provoca uma mobilização geral dos trabalhadores para impedir o golpe, desta vez a 11 de Março de 1975.

O quarto período de greves dá-se entre Maio e Julho de 1975, onde pudemos verificar um aumento substancial do número de greves e sobretudo a generalização da reivindicação de *controlo operário* sobre fábricas e empresas. O *Diário de Lisboa* de 5 de Maio de 1975 faz capa daquilo a que chama o “surto grevista”.⁵⁷ Uma assembleia-geral dos trabalhadores na indústria hoteleira decide em plenário uma paralisação parcial para dia 5 de Maio, para “forçar o patronato a cumprir as tabelas salariais, negociadas no contrato colectivo”.⁵⁸ Também nesse mesmo dia um plenário dos trabalhadores da Câmara do Porto decide pela paralisação – de cerca de 3.500 trabalhadores – para corrigir “as graves injustiças salariais”.⁵⁹ A paralisação alastra a mais de uma dezena de grandes municípios do Norte do País⁶⁰, todos de implantação operária. No mesmo dia ainda, os químicos do Norte, cerca de 15.000 trabalhadores, decidem-se pela greve, uma vez que os grémios romperam unilateralmente as negociações do contrato colectivo de trabalho.⁶¹ O PCP mostra-se preocupado com “o perigo de agudização artificial de formas de luta e tentativa de fomentar

⁵² MUÑOZ, Duran. *Contención y Transgresión. Las Movilizaciones Sociales y el Estado en las Transiciones Española y Portuguesa*. Madrid: CPPC, 2000.

⁵³ DOWS, Chip. *Os Moradores à Conquista da Cidade*. Lisboa: Armazém das Letras, 1978.

⁵⁴ As comissões de soldados desenvolver-se-ão a partir de Setembro de 1975.

⁵⁵ Companhia União Fabril, o maior grupo económico do Estado Novo.

⁵⁶ “Surto Grevista”. *Diário de Lisboa*, 5 de Maio de 1975, p. 1.

⁵⁷ *Diário de Lisboa*, 5 de Maio de 1975, p. 1.

⁵⁸ “Não houve almoços nos restaurantes e hotéis”. In: *Diário de Lisboa*, 5 de Maio de 1975, p. 1

⁵⁹ “Paralisação na Câmara do Porto”. In: *Diário de Lisboa*, 5 de Maio de 1975, p. 1

⁶⁰ Penafiel, Gondomar, Valongo, Póvoa do Varzim, Gaia, Matosinhos, Vila de Conde, Marco de Canavezes.

⁶¹ “Químicos do Norte param esta noite”. In: *Diário de Lisboa*, 5 de Maio de 1975, p. 1

uma ampla vaga de greves simultâneas”.⁶² O *Diário Popular*, por exemplo, tem uma secção – que em algumas semanas é diária – dedicada às assembleias e plenários, que somam centenas nestes meses. Duas greves, feitas contra o ministro dos Transportes e Telecomunicações, o comunista Veiga de Oliveira, vão afectar particularmente o Governo e directamente o PCP: a greve dos TLP, por aumentos salariais, que se inicia a 17 de Junho de 1975 e só terminará depois da intervenção do COPCON (que considera a situação social em Lisboa “caótica”), e a luta popular contra o aumento das tarifas nos transportes, tarifas que o PCP vai defender como “mais próximas dos custos”⁶³ nas páginas do *Avante!*.

No período de vigência do V Governo, em Agosto de 1975, há uma diminuição brusca das greves, o que se explica porventura pelo apoio dado ao Governo por importantes sectores da extrema-esquerda e largas camadas de trabalhadores, organizados para defender Vasco Gonçalves e o seu frágil Governo. Este período é, no entanto, seguido por uma onda de greves e conflitos a partir de Setembro de 1975, que vai estender-se até ao golpe contrarrevolucionário de 25 de Novembro de 1975. Emblemática entre as inúmeras paralisações, nos campos, nos metalúrgicos, na Rádio Renascença, será neste período a greve dos operários da construção civil, acompanhada por um cerco de quase três dias à Assembleia Constituinte, e onde terão estado cerca de 100 mil trabalhadores. É talvez o momento de maior crise que o Estado atravessou até aí. Insólito será o Governo, preparando já o golpe de 25 de Novembro, responder também ele com uma greve, a 20 de Novembro de 1975, quando o primeiro-ministro anuncia que, “farto de ser sequestrado, o Governo decidiu entrar em greve”.⁶⁴

Estas greves, que sumariamente descrevemos, apresentam algumas características comuns que nos permitem retirar algumas conclusões sobre a sua natureza, os seus resultados, as suas direcções, durante 1974-1975.

A primeira conclusão é que são protagonizadas pela classe trabalhadora, e em grande medida pelos trabalhadores industriais. A maioria dos conflitos sociais da revolução portuguesa é protagonizada pelo operariado (19% da conflitualidade laboral dá-se na indústria têxtil, 15% na maquinaria e fabricação de produtos metálicos, 9% na construção e obras públicas, 7% na indústria química e alimentação), em particular o operariado das grandes cinturas industriais (Porto, Lisboa e Setúbal), com particular destaque para Lisboa, distrito no qual ocorrem 43% dos conflitos laborais.⁶⁵ São conflitos protagonizados por uma classe operária jovem (a grande migração do campo para a cidade dá-se a partir do início dos anos 60) e concentrada geograficamente nas duas margens do Tejo, em Lisboa e Almada, e em Setúbal.

Uma das características destas greves é que são majoritariamente convocadas em assembleias e plenários de trabalhadores. Na base da decisão da greve predomina a forma de organização basista e democrática, nas palavras de Marinús Pires de Lima, a “acção

⁶² “A situação sócio-política analisada pelo PC e o MDP”. In: *Diário de Lisboa*, 8 de Maio de 1975, p. 20.

⁶³ “Com o PCP pela Unidade Popular Rumo ao Socialismo”. *Avante!*, Série VII, 3 de Julho de 1975, p. 4.

⁶⁴ Arquivo da RTP. <http://www.youtube.com/watch?v=6DB42QUJYSM>. Consultado a 19 de Janeiro de 2011.

⁶⁵ MUÑOZ, Duran. *Contención y Transgresión. Las Movilizaciones Sociales y el Estado en las Transiciones Española y Portuguesa*. Madrid: CPPC, 2000.

directa, de base e espontânea”.⁶⁶ É difícil saber qual o grau de espontaneidade, porque outra das características de grande parte destas greves é que são dirigidas pela extrema-esquerda (sobretudo os grupos maoistas, mas não exclusivamente), que conseguem ter influência em importantes sectores operários e populares (CTT, TLP, Lisnave, TAP, Jornal do Comércio, Químicos, Liceus e Universidades, Rádio Renascença, Jornal República). Esta é uma novidade em face de períodos anteriores, quando os comunistas alinhados com a URSS dominavam os processos grevistas. Porém, desde o Maio de 68 que deixa de existir essa hegemonia⁶⁷ e isso é também visível no caso da revolução portuguesa.

Referimos neste trabalho a importância das reivindicações com carácter igualitário nas greves deste período. Entre as exigências salariais de 1974-75, que eram 39,8% das reivindicações totais, há uma referência permanente ao aumento de salário igual para todos, redução do leque salarial, constituição do salário mínimo nacional.⁶⁸ Surgem ainda reivindicações novas, típicas de um período revolucionário, como trabalho igual, salário igual; abolição de privilégios na empresa. Neste quadro de um processo marcado por uma forte consciência de classe destaca-se a luta pelo controle operário, que vem associada a parte destas greves, sobretudo depois de 11 de Março de 1975.

Fátima Patriarca, num estudo realizado sobre o controlo operário, dá dezenas de exemplos de comunicados e documentos das assembleias de fábricas e empresas onde se rejeita a batalha da produção e se defende o controlo operário, no sentido de uma medida de luta contra a exploração capitalista e como forma de o movimento operário criar lideranças e consciência de classe para abolir o sistema de relações capitalistas. Na Sociedade Central de Cervejas um grupo de trabalhadores apresenta um documento em que afirma que o controlo operário é a “expressão do duplo poder que se opõe a outros interesses que ainda existem e que não são os da classe operária”, e exigem a nacionalização da empresa, respondem unicamente perante o plenário da empresa e rejeitam medidas que têm “apenas como limite o grau de exploração e não o poder dos capitalistas”.⁶⁹ Os trabalhadores da Sacor, no Norte, em Maio de 1975, propõem a cedência de fuel e gás a empresas com problemas de ordem económica onde houve fuga dos patrões (claramente um processo de controlo operário, uma vez que a proposta é que a produção seja cedida gratuitamente) e defendem que o controlo operário só terá significado se “levar a um aumento da sua consciência (dos trabalhadores), isto é, se lhes fizer ver cada vez mais claramente quais são os seus verdadeiros interesses e se a levar a pôr a questão fundamental: a conquista do poder”.⁷⁰

⁶⁶ LIMA, Marinús Pires de. “Transformações das Relações de Trabalho e Acção Operária nas Indústrias Navais (1974-1984)”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18-19-20, Fevereiro de 1986, p. 541.

⁶⁷ BIRKE, Peter; HUTTNER, Bern; OY, Gottfried (HRSG.). *Alte Linke – Neue Linke? Die Sozialen Kämpfe der 1968er Jahre in der Diskussion*. Berlin: Karl Dietz Verlag, 2009.

⁶⁸ CRISTOVAM, Maria Luísa, *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve Análise Sociológica*, Lisboa, Ministério do Trabalho, 1982, p. 76.

⁶⁹ “Sobre o Controlo Operário na Sociedade Central de Cervejas”. In: PATRIARCA, Fátima. *Controlo Operário em Portugal (I)*. *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), p. 765-816.

⁷⁰ “A Situação Política e as Tarefas da Classe Operária”. In: PATRIARCA, Fátima. *Controlo Operário em Portugal (I)*. *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), p. 765-816.

Assinalámos ainda que as greves da Revolução dos Cravos tiveram a oposição sistemática do Partido Comunista Português (PCP), que reivindicou a necessidade de uma política de reconstrução nacional, considerando que as greves punham em causa a economia nacional⁷¹, que estava, de acordo com o PCP, numa fase de transição para o socialismo.⁷² Assim, o partido denuncia as greves como “aventureiras”, obra de “provocadores”, potencialmente responsáveis pelo “retorno ao fascismo”, “actos de sabotagem”.⁷³ Liderará mesmo uma manifestação, em Lisboa, a 1.º de Junho de 1974, organizada pela Intersindical, com o mote “Não à greve pela greve”.⁷⁴ São frequentes os comunicados, como este, em que se pode ler que “[...] A arma da greve – que é um direito agora conquistado – não pode ser usada com leviandade. No contexto político actual é preciso esgotar outras formas de luta, tais como a negociação com o patronato, na obtenção das justas reivindicações – e sempre com olhos postos no que é fundamental e no que é secundário”.⁷⁵ Essa posição do PCP é indissociável da política de alianças que teve e na participação num governo de unidade nacional com sectores da burguesia portuguesa.

Só a análise do factor organizativo nos poderá explicar por que em Portugal não houve uma greve geral em 1974-75, apesar de existirem situações de greve generalizadas no país, que paralisaram Lisboa, a capital macrocéfala de Portugal, e contribuíram para a queda de governos de unidade nacional, onde participavam partidos de base operária. Na Espanha franquista, longe do Governo e ainda na ilegalidade, o PCE chamava à greve geral nas páginas do *Mundo Obrero*.⁷⁶ Em Portugal, quando os golpes de 28 de Setembro e 11 de Março ameaçam o regime democrático, o PCP chama a uma mobilização com características parciais de uma greve geral insurreccional (bloqueio de vias de acesso, mobilização geral dos trabalhadores), mas quando a mobilização geral ameaçava o regime capitalista e o Governo, o PCP chama à contenção das lutas e reivindicações laborais, responsabilizando-as pelo potencial regresso ao regime fascista, uma vez que numa situação de guerra civil, a direcção do PCP considerava que os trabalhadores não tinham possibilidade de vencer, dado o predomínio das classes médias e da pequena propriedade em Portugal. Ao colocar-se contra as greves, o PCP, através da sua influência directa nas fábricas e através da direcção maioritária da Intersindical, contribuiu para obstaculizar a unificação de um projecto revolucionário entre os trabalhadores, considerando não existir relação de forças que permitisse a vitória desse projecto.

O resultado destas greves variou muito entre a forte repressão e a concessão de importantes benefícios aos trabalhadores ou ambas em simultâneo, uma vez que greves importantes tiveram no imediato uma resposta armada, mas os seus objectivos são mais tarde conseguidos (Jornal do Comércio, Lisnave). Sabemos que em grande parte das empresas, as greves, conjuntamente com outros conflitos sociais, levaram a importantes

⁷¹ “Os ferroviários a favor da nacionalização da CP”. *Avante!*, Série VII, 10 de Abril de 1975, p. 7.

⁷² “Economista Soviético fala sobre Nacionalizações”. *Avante!*, Série VII, 17 de Abril de 1974, p. 7.

⁷³ “Com o PCP pela Unidade Popular Rumo ao Socialismo”. *Avante!*, Série VII, 3 de Julho de 1975, p. 4.

⁷⁴ “Os trabalhadores unidos contra os manejos da reacção”. *Avante!*, 7 de Junho de 1974, p. 3.

⁷⁵ “O principal problema do momento político”. *Avante!*, 31 de Maio de 1974, p. 1.

⁷⁶ *Mundo Obrero*, Mayo 1974 – Júlio 1975.

vitórias e à aceitação, por parte do governo e das empresas, de várias reivindicações dos trabalhadores, que no conjunto vão representar a consagração do Estado de bem-estar social em Portugal. O Governo vê-se obrigado a actualizar o salário mínimo (de 3.300 escudos para 4.000 escudos entre Abril de 1974 e Abril de 1975) e a aprovar medidas de contenção de preços dos bens alimentares, isto depois de várias manifestações ao longo do mês de Março de 1975 contra a “carestia de vida”.⁷⁷ Em muitas fábricas e empresas o Governo é obrigado a intervir (em mais de 300 ao todo) para evitar despedimentos e descapitalização, conseguindo os trabalhadores que a fábrica mantenha a produção e os postos de trabalho. Em muitas outras empresas conseguem-se aumentos salariais, generalização do contrato colectivo, 13.º mês, subsídio de Natal. Também foram obtidas melhorias generalizadas no tocante a previdência, assistência na maternidade, subsídio de desemprego, subsídio de doença e invalidez.

Mas o Governo também responde com forte repressão. Primeiro, aprovando medidas de cunho corporativista⁷⁸ como a unicidade sindical, a restrição do direito à greve, e mesmo a tentativa de militarização da força de trabalho nacional como a proposta consagrada no *Documento Guia Povo-MFA*, onde se tentou, em vão, impor a tutela do MFA sobre o movimento operário organizado. Depois, é pela mão do Governo, e muitas vezes das unidades militares mais conotadas com a esquerda, nomeadamente o COPCON, chefiado por Otelio Saraiva de Carvalho, ligado à extrema-esquerda, que são impostas medidas de militarização do trabalho ou de forte repressão militar das greves – caso dos CTT e da TAP em 1974, do Sindicato dos Químicos, dos TLP, da Rádio Renascença, em 1975, entre outros. É possível que a escolha de métodos repressivos executados ou encobertos por organizações em que os trabalhadores confiavam resultasse da caracterização, por parte do Governo, de que teria sido mais ineficaz se essas medidas repressivas tivessem sido executadas por unidade militares conotadas com o Antigo Regime ou com a direita militar.

O quadro político e sindical português, por herança da ditadura salazarista, determinou que a maioria da classe operária e sectores intermédios da sociedade não pertenciam, quando do golpe de 25 de Abril, a nenhuma organização política e que os sindicatos fascistas estavam totalmente desacreditados. O PS tinha-se formado em 1973, mas era em 1974 apenas um embrião de partido, com quadros oriundos da pequena burguesia, quase todos no exílio, e o PCP, a maior organização política de Portugal e a única que tinha resistido efectivamente ao fascismo, mantendo no interior um sector de quadros clandestinos importantes, muitos dos quais presos, não teria mais de 3.000 militantes, uma parte deles assalariados rurais do Sul de Portugal (um ano depois da revolução o PCP cresce para cerca de 100.000 militantes).⁷⁹ Os sindicatos nacionais, controlados pelo governo, estavam desacreditados como estruturas de direcção do movimento operário, e a Intersindical, uma estrutura alternativa criada em 1970, dirigida por católicos progressistas, PS e, sobretudo, PCP, chega ao 25 de Abril dirigindo apenas 12 sindicatos. Assim, quando a

⁷⁷ “Medidas Revolucionárias. Avanço da revolução”. *Avante!*, 24 de Abril de 1975, p. 8.

⁷⁸ SCHMITTER, Philip. *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: ICS, 1999.

⁷⁹ VARELA, Raquel. *História do Partido Comunista Português na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand, 2011.

ditadura cai esta era uma classe trabalhadora desenquadrada, que passa a funcionar sob a forma de plenários e assembleias e só progressivamente se integra nas estruturas sindicais, dirigidas pelo PCP. Mas esta, que foi a sua força inicial, revelou-se com o desenrolar da revolução a sua fraqueza. Apesar da disponibilidade dos trabalhadores para manterem um clima de oposição quase sistemática ao Governo e de colocarem em prática formas de conflitos que questionavam a propriedade privada dos meios de produção; apesar de defenderem, com um grau de consciência de classe inédito na Europa do pós-guerra, um projecto estratégico de ruptura com o capitalismo – defender a “construção de uma sociedade socialista” era uma ideia generalizada ao ponto de ficar fixada no preâmbulo da Constituição⁸⁰; apesar de terem protagonizado o mais radical dos processos revolucionários da Europa dopós-guerra, os trabalhadores portugueses foram derrotados com o golpe de 25 de Novembro de 1975, derrotados com relativa rapidez e sem guerra civil.

Entre as explicações para que lutas tão radicais, surtos de greves tão extensos, não tenham logrado uma defesa consistente do projecto estratégico que abraçavam tão energicamente está certamente a inexistência de uma organização política ou de uma coordenação nacional das formas mais radicais e embrionárias de conselhos que surgiram, as comissões de trabalhadores. Assim, aquilo que foi parte indispensável da sua força inicial revelou-se também responsável, ainda que parcialmente, pela sua derrota. Em síntese, e de forma esquemática, em grande medida verificou-se que as comissões de trabalhadores, que dirigiam estas greves, nunca estiveram unificadas num organismo nacional, e o único organismo nacional que havia, a Intersindical, era contra as greves.

O número de greves e a sua radicalidade, no quadro de um governo com participação de partidos operários e social-democratas, em geral hostis a estas mesmas greves, demonstram o hiato que existe entre factores objectivos e subjectivos no processo revolucionário. As razões da derrota da revolução portuguesa, em 1975, são complexas e de ordem múltipla. Mas entre elas não pode estar uma análise porventura mecanicista que quantifica o peso das classes médias e das classes proprietárias, assumindo, sem o comprovar, que entre as classes trabalhadoras e as suas organizações existiu uma simbiose política. O que as greves da revolução portuguesa nos demonstram é justamente o contrário – as greves foram feitas contra as maiores organizações políticas e sindicais do movimento operário e de assalariados agrícolas e, no entanto, mesmo com a oposição destas organizações, o antagonismo do Governo, e muitas vez com a repressão do MFA, as greves realizaram-se, colocando milhões de trabalhadores que subjectivamente apoiavam este Governo e estas organizações objectivamente contra elas. A relação de forças entre as classes sociais na revolução (marcada pela força de sectores de trabalhadores e pelo enfraquecimento político e militar da burguesia portuguesa) determinava condições *objectivas* para que o apoio às greves por parte da Intersindical e do PCP, e mesmo uma política de greve geral (seria uma greve geral com carácter insurreccional), tivesse como consequência a abertura de uma guerra civil, ou seja, a perspectiva da tomada de poder, a

⁸⁰ <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>. Consultado a 14 de Julio de 2010.

insurreição, por parte dos trabalhadores.

DA REVOLUÇÃO À ADESÃO À COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA

Depois do fim da revolução é revogada a lei da unicidade sindical e surge uma nova central sindical, a UGT (União Geral dos Trabalhadores), ligada ao Partido Socialista (social-democrata) e ao Partido Popular Democrático (liberal), cuja força maior se encontra nos bancários. As duas centrais sindicais rivalizam entre si na disputa da influência sobre os trabalhadores, mas a CGTP, ligada ao Partido Comunista, continua a ser a maior, com influência no operariado industrial, no sector de serviços e nos funcionários públicos. É a CGTP que dirige a maioria das greves em Portugal.

Não há, ao contrário do veiculado no senso comum, um decréscimo linear das greves com a institucionalização e estabilização do regime democrático-representativo, mas as greves vão adquirir, paulatinamente, um carácter diferente, sobretudo no que toca às reivindicações e à direcção destas. O número de greves mantém-se muito elevado. Os dados apontam para um crescente número de greves, que só diminuirá drasticamente no espaço de uma década, já depois da adesão de Portugal à então CEE⁸¹, hoje União Europeia. Entre 1976 e 1980, o número de greves situa-se entre as 270 e as 370, e em 1981, em pleno duplo-mergulho da crise 1981-1984, há um surto grevista que dispara para mais de 600 greves, e que corresponde à segunda intervenção do FMI em Portugal, mantendo-se muito alto até 1984, com 525 greves registadas, decrescendo depois lentamente até ter uma diminuição significativa em 1987, com 213 greves. Cristovam regista também um aumento do número médio de trabalhadores por greve (de 331 em 1977 para 885 em 1979) e um aumento do número médio de dias de trabalho perdidos por greve (de 1.437 em 1977 para 1.632 em 1979).⁸²

O pico grevista de 1981 e 1982 corresponde a um período de crise cíclica do modo de produção capitalista, que em Portugal se vai traduzir numa queda do PIB de mais de 3% entre 1980 e 1981, aumento dos despedimentos e numa situação de quase bancarrota que será revertida depois da intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), que entre outras medidas liberalizou os contratos a prazo. O surto de greves corresponde também ao momento em que estava no poder o Governo de direita da AD (Aliança Democrática). Só em 1985 se vai dar a recuperação económica. São igualmente anos de elevada inflação que motivam o descontentamento dos trabalhadores. Entre 1984 e 1987 há uma diminuição do número de greves, e em 1988-89 o número volta a aumentar. As sequelas da crise têm um impacto evidente, passando-se de 113.200 dias perdidos em greves em 1987 para mais do triplo em 1989: 387.400 dias. Em 1992, exactamente no seguimento de uma nova crise cíclica, dá-se um novo pico de greves (passa-se de 262 greves em 1991 para 409 em 1992, e

⁸¹ Portugal e Espanha aderiram à CEE em 1986.

⁸² CRISTOVAM, Maria Luísa. *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve Análise Sociológica*. Lisboa: Ministério do Trabalho, 1982, p. 46.

de 123.800 dias perdidos em greve para 189.900).⁸³ Embora os dados oficiais registem a existência de *lock outs* no ano de 1981, cerca de 14, 4% dos 602 registos – o único ano em que o fazem –, o *lock out* é proibido em Portugal desde 1977.

Porém, apesar dos números, as greves da década de 80 vão ser substancialmente distintas do período revolucionário. O número de greves selvagens diminui drasticamente e os sindicatos ganham um maior controlo sobre os processos de luta. Por outro lado, mudam as reivindicações: os dados de Cristovam⁸⁴, por exemplo, apontam, como vimos claramente, um decréscimo das reivindicações que questionam os centros de poder da empresa e destacam um aumento das reivindicações salariais, que passam de 39,8% em 1974 para 61,3% em 1979. Outra reivindicação dominante neste período vai ser a contratação colectiva.

A mudança no tipo de greves vem acompanhada de mudanças nas leis laborais e nas leis que regulam o direito à greve. Em 1977 entra em vigor uma nova Lei da Greve, que revoga a legislação aprovada durante a revolução. A originalidade é que a nova lei proíbe o *lock out*; retira-se da lei a proibição de greves políticas e de solidariedade, bem como a proibição de ocupar a empresa ou “desorganizar o processo produtivo”, e entre as empresas que estão obrigadas a serviços mínimos desaparecem as instituições de crédito e “industriais indispensáveis para a defesa nacional”, mantendo-se os hospitais, correios e telecomunicações, bombeiros, abastecimento de águas, energia. A Lei da Greve de 1977 é menos restritiva do que a lei aprovada em Agosto de 1974.

Outra das leis que vai mudar neste período e ter um grande impacto é o decreto-lei 781/76, que introduz em Portugal a possibilidade de existirem contratos a prazo – é o primeiro passo na flexibilização do trabalho e que a médio prazo terá consequências na desregulamentação laboral e também no número de trabalhadores que fazem greve.

No dia 12 de Fevereiro de 1982 é convocada a primeira greve geral desde 1934. Desta vez, em protesto contra o primeiro Governo de direita eleito depois da revolução, presidido por Francisco Pinto Balsemão. A reivindicação é “fora o Governo”. É um protesto convocado exclusivamente pela CGTP. A UGT não adere. Segundo dados sindicais apresentados por Álvaro Arranja⁸⁵, terão aderido a esta greve um milhão e meio de trabalhadores. No dia 11 de Maio do mesmo ano, a CGTP convoca uma nova greve geral em protesto contra a morte de dois operários, assassinados pela polícia, na cidade do Porto, no norte do país, durante as celebrações do 1.º de Maio.

A 28 de Março de 1988 é convocada a primeira greve geral contra as políticas neoliberais. Foi durante o I Governo constitucional de Mário Soares que se introduziram os contratos a prazo, mas é a partir dos Governos de Cavaco Silva que se generaliza a

⁸³ International Labour Organization, Main Statistics, Strikes and Lockouts. In: <http://laborsta.ilo.org/applv8/data/c9e.html>; Anuário Estatístico de Portugal, Instituto Nacional de Estatística; Direcção Geral da Administração Pública. Greves Gerais da Administração Pública 2007-2008; DGEEP, Direcção Geral de Estudos Estatísticas e Planeamento, Greves, 1986-2007, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; CGTP, Greves Sectoriais, 1989-2008.

⁸⁴ CRISTOVAM, Maria Luísa. *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve Análise Sociológica*. Lisboa: Ministério do Trabalho, 1982, p. 74.

⁸⁵ ARRANJA, Álvaro. *Greves Gerais de 1911 a 2008*. In: Esquerda net, 21 de Maio de 2007. http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=2879&Itemid=68

precariedade do emprego como a solução que a classe dominante apresenta para a queda da taxa de acumulação depois da crise de 1982. Esta greve geral é convocada contra o “Pacote Laboral” que visava generalizar o trabalho precário. Desta vez as duas principais centrais sindicais, CGTP e UGT, convocam a greve. Passar-se-ão 14 anos até que uma nova greve geral seja convocada.

Em 1984, para responder ao surto grevista da década de 80, surge o Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), um organismo tripartido onde estavam representados o Governo, confederações patronais e sindicais, que visa arbitrar a luta de classes. Tratava-se de consolidar um mecanismo que amortecesse os conflitos sociais, numa época de agudização da luta de classes. O Governo, que joga aqui um papel de até duvidosa legalidade constitucional, aparece como força neutra, que de facto não é, com riscos de corporativização. Ao CPCS aderiu imediatamente a UGT, afecta aos social-democratas e liberais. A CGTP, afecta ao PCP, começa por considerar o Conselho uma entidade “proto-fascista” mas, com o acordo do PCP, acaba por aderir em 1987.⁸⁶

DA “PAZ SOCIAL” DA DÉCADA DE 90 AO RECRUDESCIMENTO DAS GREVES PÓS-2001

Há uma diminuição acentuada do número de greves a partir de 1993. Passa-se de quase 200 mil trabalhadores envolvidos em greve em 1992, no sector privado, para 30 mil em 1999, dez anos depois.⁸⁷ Esses números, já o referimos, não correspondem à realidade das greves porque estão aquém dos números reais e porque deixam de fora o sector público. Mas há uma clara dinâmica de diminuição do número de greves durante os anos 90, o que se pode justificar à luz do crescimento económico do País nessa fase, ligado às grandes obras públicas dos governos de Cavaco Silva e António Guterres (autoestradas, Expo 98, Ponte Vasco da Gama sobre o rio Tejo, etc.), mas também a um período, que atravessou toda a década de 90, de ânimo da classe trabalhadora e de forte confiança na integração europeia como forma de resolver o relativo atraso económico do país. Em 1995 dá-se uma nova crise cíclica, mas esta não tem impacto drástico nas taxas de crescimento e não se verifica um aumento radical do número de greves.

Mas é exactamente durante esse período de optimismo que se dá uma mudança radical no mercado de trabalho português e que vai ser visível de forma dramática nos primeiros anos do século XXI. São os processos de desregulamentação laboral: contratos a prazo, *part-time*, *outsourcing*, estágios não remunerados, e a generalização dos chamados “recibos verdes” (em referência à cor do recibo que os trabalhadores “independentes” passam), em que os trabalhadores são de facto trabalhadores por conta de outrem e

⁸⁶ STOLEROFF, Alan D. “O Sindicalismo e o Estado Pós-1974: O neo-corporativismo e a luta de classes”. In: *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*. Fragmentos, 1990, p. 138.

⁸⁷ International Labour Organization, Main Statistics, Strikes and Lockouts. In: <http://laborsta.ilo.org/applv8/data/c9e.html>; Anuário Estatístico de Portugal, Instituto Nacional de Estatística; Direcção Geral da Administração Pública. Greves Gerais da Administração Pública 2007-2008; DGEEP, Direcção Geral de Estudos Estatísticas e Planeamento, Greves, 1986-2007, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; CGTP, Greves Sectoriais, 1989-2008.

exercem uma profissão permanente, mas são pagos como se fossem tarefeiros, o que significa que pagam eles próprios a segurança social, só recebem à tarefa e não têm subsídios de férias, de Natal, de desemprego, de maternidade ou outro qualquer. Há uma generalização da precarização do trabalho. Os números não são unânimes, mas Garcia Pereira fala em mais de 2 milhões para a força de trabalho contratada a prazo, e destes mais de meio milhão a recibo verde.⁸⁸ É na administração pública que há mais contratos precários, sobretudo na saúde (enfermeiros e auxiliares) e educação. De acordo com os sindicatos, quase metade dos jovens entre os 25 e os 30 anos são trabalhadores precários.⁸⁹

Não nos deve surpreender que esta alteração das relações laborais tenha um forte impacto no número de greves e de trabalhadores que a elas aderem, desde logo porque os trabalhadores precários raramente arriscam fazer greve, sob pena de serem despedidos, mas também porque estes não são sindicalizados e, por enquanto, estão à margem de qualquer organização laboral. Mas neste caso a ausência de greves não deve ser vista como sintoma de paz social, antes pelo contrário.

Um pouco à margem deste retrocesso parece ter estado o funcionalismo público. Desde logo por razões objectivas que se prendem ao seu exponencial crescimento. A população portuguesa manter-se-á sempre na casa dos 10 milhões, mas a população activa sobe ao longo destes anos, fruto da maior entrada no mercado de trabalho das mulheres e da desruralização. Em 1974 havia 3.901 milhões de população activa, em 1994 são quase 5 milhões (4.853 milhões). O sector primário é aquele que mais perde população – passa de 34,3 % em 1974 para 11,8% em 1994 –, e o sector terciário, o que mais ganha, passa de 32,7% para 55,6% em igual período. No que diz respeito aos funcionários públicos, verifica-se um aumento constante destes desde os anos 60 até 2007: em 1978 havia 366.548; em 1991, 520 mil; e em 2007 havia 708.507, sendo que neste ano o número começava já a reduzir-se se comparado ao ano de 2006 em cerca de 40 mil.⁹⁰

No século XXI parece ter-se revertido a diminuição, pelo menos em termos quantitativos, do número de greves na década de 90. Em 2002 há um aumento claro do número de trabalhadores envolvidos em greves e do número de dias de duração da greve. Passa-se, de 2001 para 2002, de 26.058 para 80.168 trabalhadores envolvidos, mais do triplo, e de 41.570 dias não trabalhados para mais de 100 mil. Estamos em plena crise cíclica que se inicia em 2001 e a taxa de crescimento do PIB passa de 2% em 2001 para 0,52% em 2002. A 10 de Dezembro de 2002, a CGTP convoca uma greve geral. Estava no Governo uma coligação de liberais (PSD) com democratas cristãos (CDS), e o protesto era contra a destruição dos serviços públicos e a precarização do trabalho.

Em 2003 entrou em vigor o Código do Trabalho, com uma nova lei da greve (Lei 93/2003, de 27/8). A grande novidade do novo diploma legislativo, que mantém o direito à greve e a proibição do *lock out*, é a amplitude dos serviços mínimos, que são alargados à

⁸⁸ PEREIRA, Garcia. “O Assédio: causas e condicionantes”. Comunicação apresentada em Novembro de 2007. In: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP3.2008.pdf>. Consultado a 14 de Abril de 2011, p. 5.

⁸⁹ “Precariedade Afecta um Quinto da População Activa”. In: Observatório do Algarve, 21 de Abril de 2008.

⁹⁰ BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas. *Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais*. Mirandela: Público, 1996.

administração indirecta do Estado e passam a ser definidos, quando não há acordo entre os sindicatos e os patrões, por uma comissão que inclui sindicato, patrão e Governo, contrariando as indicações da OIT de que devem ser os sindicatos a definir os serviços mínimos.

Entre 2007 e 2008 registaram-se sete greves gerais da administração pública⁹¹, e uma greve geral nacional que teve a participação de 1 milhão e 400 mil trabalhadores, contra a implementação da política de “flexisegurança” – que a central sindical acusa de ser uma política para implementar os despedimentos sem justa causa –, a perda de poder de compra, a revisão do Código do Trabalho a favor dos patrões, as leis europeias que responsabilizam pela precarização do trabalho e o desemprego (que em 2007 tinha duplicado em relação a 2004) e a pobreza. É mais uma vez no sector público que a adesão é maior, e sobretudo no sector da educação e da saúde – é aí que se regista o maior número de adesões (100%) à greve geral.⁹²

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Estamos longe de apresentar conclusões definitivas, porque os dados não nos permitem fazê-lo. José Manuel Tengarrinha iniciou um levantamento das greves em Portugal no fim do século XIX e concluiu que o número a que chegou é 15 vezes superior aos que os estudos até aí indicavam.⁹³ Não nos surpreenderíamos, pelas falhas das estatísticas que fomos apontando, se um estudo aprofundado das greves no período que aqui estudamos chegasse a números idênticos. Achamos, porém, que estamos em condições, a partir de todos os dados que recolhemos e comparámos, de chegar a algumas conclusões provisórias.

A primeira é a extraordinária persistência das greves em Portugal desde a década de 60, mais precisamente desde 1968, apesar das marcadas diferenças entre os períodos analisados nestes 40 anos. Em ditadura, em revolução, em democracia, com ou sem União Europeia, as greves persistem em Portugal há 40 anos. Mesmo num quadro de intensa desregulamentação laboral, de crescente atomização da classe trabalhadora, e, para usar a expressão de Regini⁹⁴, de um sindicalismo que usa a greve como instrumento tático ao serviço do próprio sindicato, os surtos grevistas em Portugal permanecem. A greve continua a ser uma forma de luta da classe trabalhadora, uma forma privilegiada de expressão do conflito industrial organizado.

Creemos ter identificado uma relação entre o número de greves e as crises cíclicas de acumulação do capital, embora esta relação não seja mecânica e deva ser coligida com outros dados, nomeadamente dados relativos às organizações políticas e sindicais: as greves

⁹¹ Direcção Geral da Administração Pública. Greves Gerais da Administração Pública 2007-2008.

⁹² http://www.grevegeral.net/images/stories/grevegeral/adesoes/adesao_17h47_net.pdf. Consultado no dia 4 de Fevereiro de 2008.

⁹³ TENGARRINHA, José. “As Greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920”. In: *Análise Social*, Lisboa: ICS, 1981, vol. XVII, p. 576.

⁹⁴ REGINI, Marino. “Greve”. In: BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*, Brasília: UNB, 2007, 13ª edição, p. 562.

aumentam no período de crise de acumulação de capital e diminuem no período de expansão do capital. Às crises de 1968, 1973, 1979-81, 1987 e 2001 seguem-se picos de greves significativos em 1969, 1974-75, 1981-84, 1988-89, 1992, 2002. É na sequência dos períodos de crise, em média um a dois anos depois de iniciada a crise, que se passa para o dobro ou o triplo das greves dos períodos de expansão. E os períodos de maior número de greves, 1974, 1975, 1981, coincidem exactamente com as maiores crises, as recessões de 1973-74 e 1979-82. Só há uma crise em que este facto não se verifica, que é a crise de 1995, que vai ser driblada a nível internacional pela abertura de novos espaços de acumulação na China e na Europa de Leste e Rússia, e que em Portugal vai ser matizada pela extraordinária expansão das grandes obras públicas dos governos de Cavaco Silva e António Guterres. Veja-se também que as greves gerais se dão exactamente durante o período de crise económica: 1982, 1988, 2002 e 2007. O dado mais objectivo que temos neste quadro é a queda abrupta do PIB durante estes anos: a taxa de variação do PIB passa de 11,2% em 1973 para 1,1% em 1974 e -4,30% em 1975. Segue-se um período de crescimento, e em 1980 passa-se de 4,81% para 1,26% em 1981, 0,2% em 1983 e -1,82% em 1984. Segue-se novo período de crescimento, incluindo os anos da crise de 1987 (entrada na União Europeia em 1986), e em 1992 e 1993 há de novo uma quebra no PIB se comparado a 2002 (recua para 1,37% em 1993 ante 4,16% em 1990). Em 1995 não há recuo da taxa de variação do PIB, pelo contrário, aumenta. O PIB só volta a ter um recuo significativo em 2001, 2002 e 2003, chegando novamente em 2003 a valores negativos (-0,8%). Haverá uma lentíssima recuperação nos primeiros anos do século XXI, para cair de forma abrupta a partir de 2008. Portugal entrou oficialmente em recessão em 2009. Assim, as greves em Portugal entre 1968 e 2007 mostram uma ligação estreita, mas não mecânica, aos ciclos de acumulação e contracção do capital.

Outro factor essencial para explicar os surtos de greves é a dimensão da política neste processo. Não parece existir uma relação entre picos de greves e orientação política dos governos em exercício, uma vez que as greves de 1974-75 se dão contra governos de coligação que incluem os partidos comunista, social-democrata e liberais; as greves da década de 80 são contra governos liberais, mas as greves de 2002 e as actuais são contragovernos do Partido Socialista (social-democratas). O mesmo, porém, não se deve concluir para as greves gerais, em que a política governativa parece jogar um papel determinante. Há uma relação entre as greves gerais e a política do Governo. Todas as greves gerais em Portugal foram convocadas quando estavam no poder governos de direita, à excepção das últimas duas greves gerais de 2007 e 2010. Isto porque a CGTP, que convocou sozinho quatro das seis greves gerais deste período, é uma central sindical dirigida majoritariamente pelo Partido Comunista Português e a sua política em geral é a de procurar uma aliança policlassista, ou pelo menos evitar um confronto directo entre os trabalhadores comunistas e os governos social-democratas. Por isso, as greves gerais de 2007 e de 2010, as únicas que foram convocadas contra um governo do PS, são uma excepção e devem ser compreendidas provavelmente num quadro de grande desgaste da classe trabalhadora com os chamados partidos da terceira via: foi durante o Governo de José Sócrates que se

liberalizaram ainda mais os despedimentos, se perdeu poder de compra, se aumentou a idade da reforma e se privatizou parte da educação e saúde públicas.

O *lock out* foi sempre proibido em Portugal durante o período deste estudo, à excepção do período de vigência da lei da greve elaborada durante a revolução, ou seja, entre 1974 e 1977. Há porém registos de *lock out* sem dois períodos, 1969 e 1981, períodos de crise económica e também de forte onda de greves.

Os sectores de actividade onde se registam mais greves no sector privado são a indústria transformadora – entre metade e 1/3 das greves entre 1986 e 2007 são neste sector –, transportes, armazenagem e comunicações; construção e obras públicas. As reivindicações são, na sua maioria, salariais (varia de ano para ano, mas mantém-se entre 44% e 65% de 1986 a 2002), seguidas de reivindicações que dizem respeito às condições de trabalho (em torno dos 20%) e ainda de regulamentação colectiva (cerca de 10%). No sector público, é na área da educação, da saúde e da própria administração pública que se regista o maior número de greves e de trabalhadores a aderirem às greves. E neste campo, Portugal acompanha uma tendência geral no mundo, de forte preponderância das greves no sector público, nomeadamente na educação e na saúde.⁹⁵

Recebido em 22/05/2011

Aceito para publicação em 15/07/2011

⁹⁵ VELDEN, Sjaak van der et al. (eds.). *Strikes Around The World, 1968-2005*. Amsterdam: Aksant, 2007.